

## Instrução pública no município de Alcântara – MA: um estudo dos mapas de matrícula e frequência entre 1825 a 1841

Ricardo Costa de Sousa\*

Palavras-chave:  
Alcântara  
Instrução pública  
População negra

Resumo: Escritos sobre a História da Educação têm investido esforços na tentativa de compreender as fontes e construir uma historiografia que possibilite perceber o movimento da educação a partir de sujeitos que foram invisibilizados. Dessa forma, o presente artigo busca apresentar a partir dos Mapas de Matrículas e de Frequência a Instrução Pública entre 1825 a 1841 no município de Alcântara, Estado do Maranhão. As fontes aqui utilizadas têm o interesse de exumar acontecimentos, fatos, resquícios, ou mesmo, indícios dessa movimentação. Contou-se também com obras de estudiosos tais como: Faria Filho (2007), Cruz (2008) e Veiga (2008) na tentativa de realizar um diálogo teórico com as fontes. Para tanto, buscou-se no Acervo Documental do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) esses indícios que possibilitassem captar, até mesmo, os “silenciamentos das fontes” no que concerne à questão educacional, sobretudo, da população negra desse município.

Keywords:  
Alcântara  
Public Instruction  
Black population

Abstract: Writings about the History of Education have invested efforts trying to understand the fount and build a historiography that allows to realize the movement of education from subjects who had been made invisible. In this way, this article aims to show, based on Maps of Registration and frequency, the Public Instruction between 1825 to 1841 at Alcântara-Maranhão. The sources utilized here have the interest to exhume events, facts, remnants, or even signs of this movement. It contains, as well, works of theoretician such as Faria Filho (2007), Cruz (2008) and Veiga (2008) attempting to conducting a theoretical dialogue with the sources. For this purpose, It has sought in Acervo Documental do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) those evidences that would enable gather, even, the “silencing of the sources” concerning the educational issue, especially the black population of that municipality.

Recebido em 31 de outubro de 2015. Aprovado em 16 de dezembro de 2015.

### Introdução

O presente artigo intitulado “Instrução Pública entre 1825 a 1841 no município de Alcântara, Estado do Maranhão” contribuirá significativamente para a História da Educação, no âmbito da perspectiva da História Cultural, pois, segundo Pesavento (2005, p. 42),

A História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo. Torna-se claro que este é um processo complexo, pois o historiador vai tentar a leitura dos códigos de um outro tempo, que podem se mostrar, por vezes, incompreensíveis para ele, dados os filtros que o passado interpõe.

Desse modo, o grande desafio da História Cultural é descortinar o que fora silenciado pelas fontes historiográficas; aqui, indícios que marquem a presença

da população negra nas escolas de instrução pública no município de Alcântara.

Na busca por esses indícios, buscaram-se no acervo documental do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) indícios que possibilitassem captar o movimento da Educação em Alcântara, sobretudo, da população negra desse município, estabelecendo uma relação imbricada das fontes com a teoria que, a esse respeito, Nunes e Carvalho (2005, p. 37) ressalta:

A riqueza do diálogo das fontes com as teorias é, portanto, a possibilidade de, além de problematizar a ambas, alterar as representações que temos não só delas, mas também da própria pesquisa histórica. É evidente que tais representações não são apenas criações do espírito, mas produto da mentalidade de uma certa época, de certas categorias sociais e de determinados grupos.

De fato, esse diálogo entre as fontes e a teoria possibilita descortinar e/ou apresentar alguns indícios

\*Pedagogo pela Faculdade de Educação Santa Teresinha - FEST, Especialista em Metodologia do Ensino Superior pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano - IESF e em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Militante do Centro de Cultura Negra Negro Cosme – CCNCC em Imperatriz – MA. Email: ricardoluter@gmail.com

para uma revisão historiográfica, como também, contribuir para a História da Educação no que diz respeito à instrução pública em Alcântara, especialmente, a escolarização da população negra ou até mesmo a história da educação da população negra.

Nesse intuito, realizou-se uma extensa investigação em documentos acondicionados no APEM sob o título: Secretaria do Governo “Instrução Pública” e “Câmara Municipal”. As informações seguem em alguns mapas de matrícula e mapas de frequência de alunos/as das classes de primeiras letras, com entradas compreendidas entre os anos de 1825 a 1841.

## Instrução pública no município de Alcântara

Primeiramente, faz-se referência à Constituição do Império outorgada em 25 de março de 1824, que destacava no Art. 179, parágrafo 32, no qual cabia à educação a seguinte incumbência: “A instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”. Para dar conta da referida lei no que tange à instrução nacional, principalmente os dois primeiros meses de 1826 foram fecundos em reclamações e iniciativas em prol da instrução popular (BRASIL, 1824).

A referida Lei de 15 de outubro de 1827 determinava:

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias. Art. 4º As escolas serão do ensino mútuo nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se. Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. Art. 11º Haverá escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento (BRASIL, 1824).

O relatório de Lino Coutinho, Ministro do Império de 1831 a 1836, denunciava os poucos resultados da implantação da lei de 1827, mostrando o mau estado

do ensino elementar no país. Ele argumentava que os responsáveis pelos resultados insatisfatórios eram as municipalidades, os professores e os alunos, pela ineficiente administração e fiscalização, por desleixo e vadiagem, respectivamente, alegando os gastos e esforços do Estado no estabelecimento e ampliação desse ensino (GUIMARÃES CARVALHO, 2009). Segundo Bastos (2005, p. 42):

A implantação do Decreto 1827 esbarrou em uma série de obstáculos: a falta de adequados prédios escolares e materiais necessários à adoção do método mútuo; o descontentamento dos mestres, pela falta de proteção dos poderes públicos e pela falta de recompensa pecuniária. Essa situação pode ser verificada através das recomendações dos Ministérios do Império aos Presidentes Províncias.

Nesse sentido, pode-se dizer que houve, por parte do Poder Público, um completo descaso com relação ao provimento das escolas com recursos materiais, como edifícios públicos, livros didáticos e demais itens necessários para a aplicação do método exigido por lei. Enfim, a referida lei não assumiu sua incumbência em “instruir seu povo”, especialmente, a população negra.

De fato, a instrução pública no Império foi caracterizada por uma sociedade em ascendência da legitimação dos saberes escolares, em que a funcionalidade dos saberes elementares como “escrita, leitura e aritmética” era cada vez mais exigida como condição básica, de modo que essa funcionalidade foi encontrada a partir dos documentos da Secretaria do Governo – Câmara Municipal/ Instrução Pública.

Na Secretaria do Governo – Câmara Municipal de Alcântara foi possível encontrar informações acerca dos 33 alunos matriculados entre os anos de 1825 a 1832 que iniciaram seus estudos na Aula Nacional da Ilustríssima Câmara da Vila de Alcântara, pelo então professor João de Deos Soares de Mello. As observações contidas nesse mapa de matrícula são referentes à média de 19 faltas por aluno matriculado (ALCÂNTARA, 1832a, [s.p]). O documento esclarece que:

Faltas estas motivadas por causa da maior parte dos alunos serem muito pobres, e serem obrigados, segundo a necessidade, de irem ajudar a seus pais desmancharem as suas rocinhas a fim de terem alguma farinha. Percorrem o campo atrás de caça

para poderem se manter – como também, as faltas são motivadas por causa da moléstia [sarampo] (ALCÂNTARA, 1832a, [s.p]).

Observações como estas estão presentes em outros mapas ao longo do texto, nos quais se evidenciam o grande quantitativo de faltas motivadas por doenças ou por necessidade de ajudar os pais na lavoura. Portanto, o que se observa é a extrema pobreza vivenciada pelas famílias alcantarenses, dificultando a frequência escolar desses alunos, referenciados como “pobres”.

A esse respeito, Veiga (2008, p. 06) nos afirma que: “para os estudos do século XIX podemos acrescentar a escola pública como um dos espaços de presença das crianças pobres e particularmente de produção da identificação ‘aluno pobre’. Tal denominação pode ser detectada em diferentes documentos”.

Cruz relata que o presidente da província, Eduardo Olímpio Martins, tinha uma preocupação quanto à instrução pública dos mais pobres e desvalidos; enfim, quanto a todas as classes de cidadãos. Entretanto, excluía os escravos, pois não eram considerados cidadãos, conforme determinou a legislação provincial (CRUZ, 2008).

Em 28 de janeiro de 1832, na Câmara Municipal, constava a lista de nomes e sobrenomes de 12 alunos que foram admitidos na aula particular do professor Ventura Henrique Ferreira entre os anos 1829 a 1832. Em observação escrita, o professor diz que o aluno “escreve cursivo, carta de sílabas, linhas e bastardo”. Dessa forma, as observações contidas nesse mapa, como em muitos outros dizem respeito somente às formas de escritas (ALCÂNTARA, 1832c, [s.p]).

Em outro mapa, consta a relação de 13 alunos que frequentaram a escola particular de primeiras letras na vila de Alcântara sob a orientação do professor Manoel da Silva Maya, seguindo a mesma estrutura do mapa anterior, agora contendo informações relativas à doutrina, dizendo que os alunos sabem “até os mandamentos”, “até o credo”, “salve rainha” (ALCÂNTARA, 1838, [s.p]). Os dois mapas da escola particular e pública de Alcântara demonstram o modelo vigente de educação adotado em termos das classes de leitura, escrita, aritmética e doutrina. Faria Filho (2007, p. 139) assegura que:

Ao “ler, escrever e contar” agregaram-se outros conhecimentos e valores, que a instituição escolar deveria ensinar às novas gerações, sobretudo às crianças. Conteúdos como “rudimentos de gramática”, de “língua pátria”, de “aritmética” ou “rudimentos de conhecimentos religiosos”, lentamente, aparecerão nas leis como componentes de uma “instrução elementar”.

Era visível a incorporação de novos conteúdos ministrados nas escolas públicas, e as escolas particulares deveriam seguir a mesma proposta, conforme determinava a Regulamentação da Instrução Pública. Assim como as aulas particulares funcionavam na casa dos próprios professores, a escola pública também funcionava no espaço doméstico que era adaptado para essa finalidade. A esse respeito, Faria Filho (2007, p. 140) diz que:

Até então a escola que existia funcionava, na maioria das vezes, nas casas dos professores ou, sobretudo, nas fazendas, em espaços precários e, para o que nos interessa aqui, seguiam o método individual de ensino. Tal método consistia em que o professor, mesmo quando tinha vários alunos, acabava por ensinar a cada um deles individualmente. Na verdade, era o método por excelência da instrução doméstica, aquela que ocorria em casa, onde a mãe ensinava aos filhos e às filhas, ou os irmãos que sabiam alguma coisa ensinavam àqueles que nada sabiam.

Compartilha desse posicionamento Cruz (2008), quando diz que “as escolas particulares, em geral, funcionavam sob a regência de uma professora ou professor que lecionava, na maioria das vezes, também em sua própria residência”. Escolas essas que eram fiscalizadas pelos delegados da inspetoria de instrução pública que, segundo o Art. 1<sup>a</sup> do Regulamento de 1854, compreendia:

Realizar a “inspeção e fiscalização especial dos estabelecimentos públicos e particulares de ensino primário e secundário”, ainda lhes compete segundo o “§ 1<sup>a</sup>. Impedir que se abra escola ou colégio sem preceder autorização para semelhante fim”, e solicitar “dos professores, com especialidade o mapa mensal dos alunos das diversas casas de educação públicas, e o trimestral das particulares [...] juntando-lhes as observações e notas que lhes parecerem convenientes” (MARANHÃO, 1854).

Cabe dizer que, além desse Regulamento datado em 1854, houve outras determinações que exigiam das escolas a entrega de mapas e correlatos para a inspeção.

Segundo Veiga (2008, p. 5), “Um expressivo conjunto de leis prescrevia a fiscalização das escolas, principalmente das aulas públicas, seja quanto ao trabalho dos professores, seja quanto ao aproveitamento dos alunos, gerando importante documentação da instrução pública”.

Na pesquisa realizada por Cruz (2008), foi possível notar que a inspeção nas escolas particulares não era tão atuante como nas escolas públicas, pois, no que tange ao quantitativo de alunos, a inspeção era bastante rigorosa quanto ao limite para o funcionamento das escolas públicas.

Analisando a lista dos alunos que frequentavam a aula de Gramática Latina do professor Pedro Alves Serrão na Câmara Municipal de Alcântara, consta que todos os alunos ingressaram em 1831 e que tinham idades entre 12 e 18 anos. Referindo ao adiantamento desses alunos, o professor escreve: “tradução com alguma inteligência”, mostrando que ao longo dos anos os alunos aprenderam significativamente a traduzir com inteligência os textos solicitados. Contudo, cabe destacar uma observação de que “o estudante Vicente Cypriano Lima Barata só frequenta a Vila de tarde, tem pouco adiantamento por frequentar só de tarde em consequência de ocupação na Igreja Matriz” (ALCÂNTARA, 1831b, [s.p]). Logo, entende-se que o afastamento do estudante do espaço escolar é devido à necessidade de assegurar recursos para sua sobrevivência, assim como para sua família. Em relação a essa difícil situação vivenciada pelo estudante alcantarense, toma-se a contribuição de Veiga (2008, p. 06) ao dizer que:

A pobreza das famílias é apresentada como um elemento fundamental da infrequência ou da frequência irregular às aulas e, ao mesmo tempo, é um fator que inviabilizava a cobrança das multas, ocorrendo, portanto, o não cumprimento da lei. A pobreza é referida tanto pela falta de vestimentas para os meninos comparecerem à aula como pelo uso indiscriminado do trabalho infantil.

É importante ressaltar que a obrigatoriedade da frequência era para os meninos; contudo, apesar das determinações legais que previam sua frequência à escola, estas não foram precedidas de condições para a frequência regular dos alunos e, principalmente, para a aprendizagem daquilo que se esperava deles – o suficiente para se tornarem civilizados.

Uma interessante informação a ser mencionada é que, em 13 de abril de 1835, o professor Pedro Alves Serrão destacou: “saiu da Aula em 1º de Abril o Estudante Miguel Felgueira Lima, tendo em Latim o desenvolvimento necessário para passar a Estudos Maiores, o qual vai procurar na Europa” (ALCÂNTARA, 1832d, [s.p]). Aqui, o mapa mostra claramente que os alunos mais adiantados em Gramática Latina procuraram prosseguir seus estudos na Europa. Grande parte da literatura disponível sobre Alcântara afirma que boa parte da população livre e branca viajava para Coimbra a fim de concluir seus estudos, incluindo algumas personalidades alcantarenses como: Joaquim Franco de Sá (1807-1851), Alexandre José de Viveiros (1817-1864) e Barão de São Bento (1819-1860) (Viveiros, 1999). Nesse sentido, pode-se dizer que era uma prática comum das famílias alcantarenses enviar seus filhos para estudar na Europa.

Ainda na Câmara Municipal, foram encontradas informações dos discípulos da aula de primeiras letras do professor público José de Caxias. Nesse mapa de frequência, constam a data da entrada e os nomes completos de 58 alunos, com informação de que as classes eram de leitura, aritmética e gramática. As observações que estão no mapa são referentes às faltas e ao aproveitamento das aulas (ALCÂNTARA, 1831a, [s.p]). De fato, é possível notar a presença de faltas para todos os alunos no mapa analisado, sem justificativa. Contudo, Veiga (2008, p. 06) afirma que:

Os motivos foram de toda ordem e de maneira combinada: pobreza da população, trabalho infantil, dispersão populacional e das escolas, inconstância na administração política, limitações pedagógicas, mas principalmente em razão da presença de uma dissonância entre a expectativa de civilizar e o imaginário de uma população concebida como grupo inferior, de “difícil educação”.

Nessa perspectiva, a autora colabora quando sinaliza outros elementos que tenham contribuído para a infrequência dos alunos no município de Alcântara. Ainda no mesmo mapa, é importante notar a seguinte observação:

Visto que o Método de Lancaster não compreende o ensino de gramática e sendo estes concernentes; para poder regular minha tarefa gradualmente; o divide em quatro classes; formando a primeira da primeira

parte; por constar a gramática de quatro e a segunda da segunda (ALCÂNTARA, 1831a, [s.p]).

Na citação que segue, Bastos (2005, p. 36) nos ajuda a entender as informações escritas em alguns mapas a respeito do método utilizado nas escolas alcantarenses:

O aluno é integrado a uma classe, depois de averiguado seu conhecimento. A classe tem um ritmo determinado de estudo e um programa a desenvolver de leitura, escrita e aritmética. Por exemplo, a leitura, para os menores da primeira classe, consiste em aprender o alfabeto e traçar as letras sobre a areia; na segunda classe, os alunos são iniciados nas sílabas de duas letras, que escrevem sobre a ardósia; na terceira, fazem a combinação com três letras; na quarta, trabalham as palavras com várias sílabas; na quinta, começam a ler, somente na sexta classe leem corretamente.

A respeito do método Lancaster, o Regulamento de Instrução Pública, da Lei de nº 267, de 17 de dezembro de 1849, diz que:

Art. 1<sup>a</sup>. Os Professores Públicos de primeiras Letras da Província servir-se-ão no ensino da Mocidade do Método individual, simultâneo, e lancastrino, segundo a frequência dos seus alunos mínima, media, e máxima marcadas nos artigos seguintes, e ficam isso fato divididos em três categorias. Art. 2<sup>a</sup>. Os que tiverem de dez a trinta e nove alunos ensinarão pelo método individual [...]. Art. 3<sup>a</sup>. Os que tiverem de quarenta a setenta e nove alunos ensinarão pelo Método simultâneo [...]. Art. 4<sup>a</sup>. Os que tiverem de oitenta a cento e sessenta alunos ensinarão pelo Método Lancastrino [...]. Art. 5<sup>a</sup>. Os que tiverem menos de dez alunos não são considerados em exercício, mas com licença, e receberão quando lecionarem somente metade do ordenado marcado no Artigo 2<sup>a</sup> (MARANHÃO, 1849).

Segundo Faria Filho (2007, p. 141), o método denominado lancasteriano ou mútuo, atribuído ao educador inglês Joseph Lancaster, “tem como característica principal o fato de utilizar os próprios alunos como auxiliares do professor”. Nesse sentido, o inspetor da Instrução Pública ficava com a responsabilidade de fiscalizar a aplicação do método, além de outras atribuições que serão mencionadas no decorrer do texto.

Na Freguesia de São João de Cortes, consta na Câmara Municipal de Alcântara somente um mapa de frequência com a relação nominal dos alunos de primeiras letras, tendo como titular dessa cadeira o

professor Carlos Felipe de Barros, com 12 alunos matriculados, com entradas entre junho e dezembro de 1831 (ALCÂNTARA, 1832b, [s.p]). O que se percebe nesse mapa é que o quantitativo de alunos do professor Carlos Felipe de Barros atingia o mínimo exigido no Regulamento de Instrução Pública, conforme com a Lei de nº 267, de 17 de dezembro de 1849, pois, caso não houvesse o número mínimo de dez alunos matriculados, o professor não receberia seus vencimentos (MARANHÃO, 1849). Semelhante determinação é lembrada por Veiga (2008, p. 05):

Como documento de comprovação de frequência à sua aula, os professores deveriam elaborar mapas de frequência trimestrais, comprovando tanto a existência de alunos como o cumprimento de seu próprio trabalho, pois esses mapas eram exigidos para o recebimento dos salários.

Agora, na Secretaria do Governo de Instrução Pública consta um mapa com a relação dos alunos que frequentavam a aula de Gramática Latina do professor Paulo Alves Lima, nos anos de 1832 a 1836. Esses alunos tinham idades entre 11 a 20 anos. No mês em que foi realizado esse mapeamento, constam 14 alunos matriculados, alguns discriminados da seguinte forma: “podem passar a Maiores Estudos”, estão em “tradução suficientemente”, “adiantados” ou “não se desenvolveram em tradução”, outros são “principiantes em tradução”. O professor Paulo expõe ainda a necessidade de “dar pretérito e nominativo”. Fazer parte da observação final do mapa que as faltas são constantes, algumas delas motivadas por doença (ALCÂNTARA, 1836b, [s.p]).

Durante os anos de 1832 a 1836, foram matriculados vários alunos. Os que tinham maior assiduidade tiveram maior aproveitamento escolar; quem detinha boa tradução prosseguia os estudos na capital ou, até mesmo, na Europa.

Até o momento, os mapas apontaram somente a participação de alunos nas classes de primeiras letras. Entretanto, consta na Instrução Pública do Município de Alcântara um mapa com 20 alunas da classe de primeiras letras que, ao longo dos anos de 1833 a 1836, foram matriculadas e estiveram sob a responsabilidade da professora Ana Joaquina de Seixas Correa. Nesse mapa, o que chama atenção é o primeiro nome da aluna

“Ingnacia”. Algumas têm nomes compostos e as demais nomes e sobrenomes. No mapa consta, ainda, que, em termos de aproveitamento, todas as alunas estão “bem”; em relação à frequência, “regular”; e a conduta moral é considerada “boa”. A turma era dividida entre as classes de “leitura, aritmética e gramática” (ALCÂNTARA, 1836a, [s.p]).

A intenção de apresentar esse mapa de frequência é dizer que, entre os anos de 1833 a 1836, já existia a preocupação das autoridades para com a instrução pública do sexo feminino. No que tange ao nome da aluna “Ingnacia”, o mapa não informa se era uma aluna branca ou negra. Entretanto, Cruz (2008, p. 174) diz que:

Em apreciação da documentação sobre a instrução pública no Maranhão, identifica-se uma série de mapas de turmas das vilas onde havia aulas de Primeiras Letras. Nestes mapas, praticamente não se evidencia a cor da pele dos alunos, embora haja entre seus nomes muitos alunos registrados apenas pelo prenome. A ausência de sobrenomes é um indício de origem escrava destas crianças, pois [...] era comum ao escravo só possuir o primeiro nome, herdando do senhor algumas vezes o sobrenome no ato da alforria.

A pesquisa realizada nos mapas de frequência das alunas da classe de primeiras letras leva a compartilhar a opinião da autora citada. Mesmo não discriminando a cor e o status de livre ou escrava, as informações contendo apenas o prenome são fortes indícios de que houve, nessa aula, alunas negras.

Ainda, referindo-se à educação para o sexo feminino, consta na Secretaria do Governo de Instrução Pública mapas de matrícula das aulas de primeiras letras de 32 alunas que ingressaram na escola entre os anos de 1835 a 1841, sob a orientação da professora Ana Joaquina de Siexas Correa. Esse mapa diz que todas as alunas matriculadas estão “bem em aproveitamento”, enquanto a frequência é apresentada como “regular”. Em relação à conduta na aula, todas as alunas estão “bem”.

É possível observar que, na primeira classe, foram matriculadas 18 alunas, tanto em leitura quanto em aritmética; na segunda classe, foram matriculadas 26 alunas em leitura e aritmética. O que mais chama a atenção é que somente duas alunas são referidas apenas pelo prenome: “Barbara” e “Libania”; 18 são referidas

com nomes compostos e 11 com nomes e sobrenomes, exatamente como foi possível observar no mapa anterior (ALCÂNTARA, 1841a, [s.p]).

São poucos os mapas de matrículas e mapa de frequência de alunas encontradas no APEM. O interessante de se observar é que as aulas de primeiras letras para o sexo feminino não aparecem no mesmo tempo em que apareceram para o sexo masculino. É que, historicamente, a instrução foi em grande parte destinada aos homens. Segundo Bastos (2005, p. 39):

O programa de ensino compreende, para os meninos, a leitura, a escrita e o cálculo; para as meninas, a costura. Cada matéria ensinada nas escolas mútuas repousa sob um programa preciso e detalhado, que se encontra nos guias e tratados elaborados pelos responsáveis influentes do método: Nyon, Bally, Sarazin, e outros. Cada programa é dividido em oito graus hierarquizados, que devem ser percorridos sucessivamente. Por exemplo, as oito classes de escrita e leitura são: ABC, palavras ou sílabas de duas letras, de três letras, de quatro letras, de cinco letras, lições de palavras de muitas sílabas, leitura da Bíblia, seleção dos alunos que melhor leem na 7ª classe. Em Aritmética, combinação de unidades, dezenas, centenas, etc.; soma; soma composta; subtração; subtração composta; multiplicação; multiplicação composta; divisão; divisão composta; redução; regra de três; prática.

É possível perceber que, a partir das leis provinciais e da literatura aqui utilizada, a educação ofertada para o sexo feminino foi definida segundo os papéis que homens e mulheres desenvolviam na sociedade. O Art. 2º do Regulamento de 17 de julho sinaliza que aos meninos cabia o ensino de instrução primária: a leitura e escrita, quatro operações fundamentais de aritmética, números inteiros, decimais e quebrados, sistema métrico decimal, gramática portuguesa, catecismo e noções de história sagrada. Já o Art. 4º estabelece que às meninas, além das matérias especificadas no art. 2º, seriam ensinados bordados e trabalhos de agulha (MARANHÃO, 1874). Mesmo que o Regulamento aqui esteja datado em 1874, os mapas mostram que já existia uma educação diferenciada entre homens e mulheres nas freguesias de Alcântara.

A Secretaria de Governo de Instrução Pública determinava um quantitativo mínimo de dez alunos para o funcionamento das escolas de primeiras letras, como

já abordado na Câmara Municipal. Aqui, na Instrução Pública, o mapa dos alunos que frequentaram a aula de primeiras letras em São João de Cortes tem somente seis alunos matriculados, dos quais dois não haviam se apresentado, logo, não existem informações sobre os conhecimentos que trazem; três alunos sabem “cartilha” e um “carta [ilegível]”. Em relação aos adiantamentos que têm tido, o professor José Custódio da Silva Rapozo informa que eles vêm se desenvolvendo na “escrita, carta de nomes, cursiva, repartir, diminuir, gramática e proporções” (ALCÂNTARA, 1837, [s.p]). O objetivo de apresentar esse mapa é evidenciar o quantitativo insuficiente de alunos para que o professor José pudesse dispor de seus vencimentos. De acordo com Veiga (2008, p. 07):

Havia muita discrepância entre o número de alunos registrados pelos professores nos mapas e o verificado pelo visitador, pois, além das adversidades presentes para os alunos frequentarem as aulas, também o professor precisava garantir seu emprego e salário.

Existem casos de professores públicos que, por não terem o quantitativo mínimo exigido por lei, eram transferidos para outras localidades da província, se desejassem continuar a trabalhar. Por vezes, eles matriculavam alunos negros para continuar recebendo seus vencimentos e permanecer no mesmo local.

As investigações de Cruz (2008, p. 195) realizadas na documentação manuscrita da Secretaria de Governo do Estado do Maranhão, dizem que:

Os dados permitem inferir que as camadas negras em condições diferenciadas no contexto imperial (a exemplo de liberto(a)s, escravo(a)s, ingênuos, escuros ou miscigenados) acessaram saberes da instrução elementar em processos escolares formais, apesar dos obstáculos impostos a elas. As formas de acesso se caracterizavam por estratégias variadas que abrangiam a frequência em escolas particulares (pouco controladas pelo estado), matrícula em aulas de primeiras letras, cujos professores dependiam de quantidades elevadas de alunos para garantir valores salariais e mistificação da condição de escravo, fazendo-se passar por livre.

As práticas civilizatórias de escravos em processos educacionais na sociedade escravista do Maranhão no século XIX se caracterizavam pela ilegalidade, porque

existia um veto à escolarização de escravos segundo as leis provinciais. Nesse sentido, Faria Filho (2007, p. 145) comenta que:

Em todas as escolas é, geralmente, proibida a frequência de crianças negras, mesmo livres, até pelo menos até o final da primeira metade do século, o que não impede, todavia, que estas tomem contato com as letras e, às vezes, sejam instruídas, sobretudo no interior de um modelo mais familiar ou comunitário de escolarização.

Contudo, a necessidade de o professor manter seus vencimentos acabava por admitir a entrada de escravos nas aulas de primeiras letras, em muitos casos, passando-os por livres.

Em relação ao acesso aos saberes da instrução elementar, no mapa de frequência da Instrução Pública, constam 60 alunos entre seis e nove anos de idade matriculados nas aulas de primeiras letras sob a orientação do professor público José Mariano Gomes Ruas. No referido mapa, consta que, dos 60 alunos matriculados, 54 “nada sabem”, o que representa um quantitativo elevado de alunos (90%) que não tiveram contato com a leitura e escrita antes de ingressar na escola, enquanto os outros seis (10%), que já “soletravam bem”, haviam sido iniciados na leitura e escrita em espaços não institucionalizados (ALCÂNTARA, 1841c, [s.p]).

Sobre uma educação formal e não formal, Faria Filho (2007, p. 145) contribui, afirmando:

Não podemos considerar que apenas aqueles, ou aquelas, que frequentavam uma escola fora do ambiente doméstico tinham acesso às primeiras letras. Pelo contrário, temos indícios de que a rede de escolarização doméstica, ou seja, de ensino e aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, mas sobretudo daquela primeira, atendia a um número de pessoas bem superior ao da rede pública estatal. Essas escolas, às vezes chamadas de particulares, outras vezes de domésticas, ao que tudo indica, superavam em número, até bem avançado o século XIX, naquelas cujos professores mantinham um vínculo direto com o Estado.

Essa citação permite afirmar que os primeiros contatos com a leitura, a escrita e os cálculos aconteciam em espaços domésticos, ou melhor, no âmbito do privado, porque, em relação ao adiantamento, alguns mapas informam que alguns alunos já traziam algum conhecimento.

Ainda se referindo aos conhecimentos que trazem nos mapas das turmas do professor Joaquim Valentim Maramalho, é informado que as aulas iniciaram com 13 alunos e que, no final do mês de dezembro, havia 20 alunos matriculados na freguesia de Santo Antonio e Almas. O que mais chama a atenção em todos os mapas é que, nas primeiras letras, aparecem as observações sobre os conhecimentos que trazem: “algum, nenhum, sílabas de 3 letras”. Esses conhecimentos que trazem, especificamente nesse mapa, são fruto de práticas de leitura e escrita que aconteceram em ambientes não escolares. No que diz respeito à conduta moral, o mapa apresenta: “sofrível, agradável, ruim, regular, melhor e boa” (ALCÂNTARA, 1841b, [s.p]). No que concerne às faltas apresentadas, estas foram justificadas, em sua maioria, por motivo de moléstia.

No que tange à conduta moral, compartilha-se do entendimento de que a educação era um processo educacional e civilizatório. Diz Cruz (2008, p. 179): “na província do Maranhão, observa-se que os negros se apropriavam de símbolos de civilidade associados à cultura europeia, o que serve para desmistificar os discursos estereotipados que os caracterizavam como seres bárbaros”.

Entretanto, os indícios sinalizam a presença de negros nas aulas de primeiras letras a partir de uma intensa investigação no APEM. Contudo, existem somente sinalizações que permitem pensar em uma educação para negros. Dessa forma, fica claro que “educar para civilizar” era um lema presente nos discursos das elites, tanto brasileira quanto maranhense, durante o século XIX.

## Conclusão

A História da Educação, no que diz respeito à escolarização das “camadas inferiores da sociedade”, especialmente a população negra, foi em grande parte silenciada pelas produções literárias, pois o que se tem sobre História da Educação consiste na história da escolarização das camadas médias brasileiras, ou seja, de um grupo racial branco que elaborava leis e regulamentos para proibir o acesso a grupos sociais ditos “inferiores” no processo educacional

Nesse artigo, fica evidente o silenciamento e, até mesmo, a omissão por parte da história oficial da educação brasileira sobre fatos e acontecimentos no que concerne à escolarização da população negra. Porém, essa tentativa denuncia que a população conseguiu driblar os múltiplos impedimentos à instrução pública elementar.

A literatura pesquisada sinaliza que o acesso dos escravos à leitura e escrita indica tal prática desde o século XVIII, ainda que não necessariamente realizada em uma escola. Contudo, é importante salientar que a população negra não ficou alheia ao processo de escolarização, visto que as práticas de leitura e escrita já se davam em um contexto no qual ocorria crescente valorização da alfabetização. Por fim, pode-se dizer que são raríssimos os documentos que tratam da instrução pública no município de Alcântara acondicionados no Arquivo Público do Maranhão – APEM.

## Referências

ALCÂNTARA, Câmara Municipal. **Informação dos discípulos da aula de 1<sup>as</sup> letras da Vila de Alcântara**: reg. 039, (map 04): Alcântara, 1831a.

\_\_\_\_\_. **Lista dos alunos que frequentam a aula de Gramática Latina em Alcântara**: reg. 005, (map 04): Alcântara, 1831b.

\_\_\_\_\_. **Aula Nacional da Ilustríssima Câmara da Vila de Alcântara**: regs. 031, (map 04): Alcântara, 1832a.

\_\_\_\_\_. **Relação nominal dos alunos de 1<sup>a</sup> letras da Cadeira de São João de Cortes**: reg. 029, (map 04): Alcântara, 1832b.

\_\_\_\_\_. **Mapa dos alunos da aula de primeiras Letras na Vila de Alcântara**: reg. 062, (map 04): Alcântara, 1832c.

\_\_\_\_\_. **Lista dos alunos que frequentam a aula de Gramática Latina em Alcântara**: reg. 010, 012, 015, 020, 018 e 024 (map 04): Alcântara, 1832d.

\_\_\_\_\_. **Mapa estatístico dos alunos que frequentaram a aula de 1<sup>as</sup> letras do lugar de São João de Cortes**: reg. 121, (map 04): Alcântara, 1837.

\_\_\_\_\_. **Relação dos alunos que frequentam escola particular de 1<sup>as</sup> letras nesta cidade de Alcântara**: reg. 036, (map 04): Alcântara, 1838.

ALCÂNTARA, Instrução Pública. **Mapa informativo das alunas da Aula de 1<sup>as</sup> letras do 4<sup>o</sup> trimestre do corrente ano**: reg. 029, (map 06): Alcântara; 1836a.

- ALCÂNTARA, Instrução Pública. **Lista dos alunos que frequentam a aula de Gramática Latina em Alcântara**: reg. 142 e 144, (map 06): Alcântara, 1836b.
- \_\_\_\_\_. **Mapa informativo das alunas da Aula de 1<sup>as</sup> letras pertencente ao 2º trimestre do corrente ano**: reg. 118, (map 06): Alcântara, 1841a.
- \_\_\_\_\_. **Relação dos discípulos que frequentam a aula de 1<sup>as</sup> letras da freguesia de Santo Antonio e Almas**: regs. 094, 096, 105, 110, 112, 116, 117, 120 e 121 (map 06): Alcântara, 1841b.
- \_\_\_\_\_. **Mapa estatístico dos alunos que frequentam a aula de 1<sup>as</sup> letras da cidade de Alcântara**: reg. 118, (map 06): Alcântara, 1841c.
- BASTOS, M.H.C. O ensino monitorial/mútuo no Brasil (1827-1854). In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, M.H.C. **Histórias e memórias da educação no Brasil** (Orgs.). vol. II. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BRASIL. **Lei de 25 de março de 1824**. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>. Acesso em: 30 jun. 2015.
- CRUZ, Mariléia dos Santos. **Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX**. 2008, 195 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.
- FARIA FILHO, Luciano de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano de Farias; VEIGA, Cynthia Greive (Org.) **500 anos de educação no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2007.
- GUIMARÃES CARVALHO, María Elizete. Independência e educação: recortes do processo educacional brasileiro nas primeiras décadas do império (1822-1836). **Historia Caribe**. Barranquilla, vol. V, n. 14, p. 139-159 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/937/93717337007.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2015.
- MARANHÃO. **Regulamento da instrução pública** – 1854. Do inspetor da instrução pública e seus delegados. Coleção de Leis, decretos e Resoluções da Província do Maranhão - 1854 a 1855, São Luís, Tipografia Constitucional de I. e J. Ferreira, 1856.
- \_\_\_\_\_. **17 de dezembro de 1849**. Livro de Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa Provincial. Secretaria da Província. Registro: fl. 76 v. Setor Códices: Arquivo Público do Maranhão – APEM.
- MARANHÃO. **Regulamento 6 de julho de 1874**. In: Coleção de leis, decretos e resoluções da Província do Maranhão. Maranhão: Tipografia Constitucional de I. J. Ferreira, 1856.
- NUNES, Clarise; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13 n. 39 set./dez. 2008.